

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores em milhares de Reais, centavos omitidos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria - SESI - Departamento Regional da Bahia (“Entidade”) é uma “Entidade” de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e tem por objetivo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País.

O Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, que alterou o regulamento do SESI, estabeleceu que 2/3 (dois terços) da receita líquida da contribuição compulsória fosse vinculada para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional para pessoas de baixa renda. Essa vinculação foi feita de forma escalonada, iniciando em 2009 e atingindo o percentual máximo em 2014.

A “Entidade”, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, a “Entidade” não apura lucro. Portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, artigos 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN nº 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de pagamento, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Além disso, conforme o artigo 46, deste Decreto, incisos I e II, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentos da COFINS.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da “Entidade” são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do SESI.

A Administração da “Entidade” autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 27 de fevereiro de 2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da “Entidade”. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: (a) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (b) provisão para contingências.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

Referem-se a créditos junto a clientes, decorrentes da prestação de serviços, cursos, consultorias, aluguéis e outros. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre os títulos vencidos quando considerados recuperáveis.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores vencidos há mais de 90 (noventa) dias em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5 Receitas a receber - arrecadação

Referem-se a valores a receber da arrecadação compulsória das indústrias filiadas. Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

2.6 Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7 Depósitos judiciais

Correspondem aos valores depositados em juízo para suportar as discussões relacionadas aos processos trabalhistas, nos quais a “Entidade” configura como ré.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de construção, de aquisição ou custo atribuído (“deemed cost”), deduzido da correspondente depreciação acumulada.

Adoção do custo atribuído

Em 2013 a “Entidade” adotou o custo atribuído como base de valor e efetuou a revisão da vida útil dos principais itens do ativo imobilizado.

Os valores acrescidos ao ativo imobilizado estão demonstrados a seguir:

Itens	Valor
Terrenos	38.432
Edificações	115.398
Instalações	13.915
Total	167.745

O registro do custo atribuído teve como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e será realizado através da depreciação ou baixa dos ativos.

A depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Edificações	2,58%
Instalações	2,75%
Benfeitorias	3,75%
Máquinas e equipamentos	11,57%

	Taxa média ponderada anual
Equipamentos de informática	28,70%
Móveis e utensílios	9,62%
Veículos	20,89%
Outros	9,84%

2.9 Intangível

O intangível está representado por gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

2.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.12 Provisões para contingências

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas, ajustadas e atualizadas até a data do balanço para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13 Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.14 Receitas de contribuições

A receita da arrecadação direta e indireta é registrada por estimativa, em regime de competência, tomando por base os valores orçados no mês, ajustando-a no mês subsequente quando do efetivo recebimento, uma vez que não se conhece os valores efetivamente realizados no mês do registro.

2.15 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da “Entidade” incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber - arrecadação, departamento nacional - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A “Entidade” possui ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A “Entidade” avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da “Entidade” incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, departamento nacional - conta movimento, sistema indústria - conta movimento e convênios e acordos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores, os quais são reconhecidos nos resultados pelo regime de competência.

2.16 Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos serão utilizados na execução dos projetos. Os gastos referentes a convênios e acordos são reconhecidos pelo regime de competência na medida em que os serviços são prestados. Os passivos relativos a convênios e acordos são reconhecidos à medida que recursos são recebidos pela “Entidade” sem que os respectivos serviços aos quais se destinem tenham sido realizados. Após realizados os serviços, os passivos são transferidos para o resultado, a título de receitas de convênios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa	45	67
Bancos conta movimento	4.235	2.765
Bancos conta movimento - convênios e acordos	422	11
Aplicações financeiras	120.047	123.556
Aplicações financeiras – convênios e acordos	2.416	3.582
Total	<u>127.165</u>	<u>129.981</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras foram remuneradas com taxas entre 94% a 100% (31/12/2017 - 94% a 100%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os rendimentos das aplicações dos recursos oriundos de convênios são creditados nas contas do passivo dos respectivos convênios.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Clientes	20.421	12.751
Cheques em cobrança	13	12
Subtotal	<u>20.434</u>	<u>12.763</u>
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(7.552)	(4.621)
Total	<u>12.882</u>	<u>8.142</u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

5. RECEITAS A RECEBER – ARRECADAÇÃO

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Arrecadação direta	6.607	7.192
Arrecadação indireta	3.504	4.762
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	3.923	3.952
Subtotal	<u>14.034</u>	<u>15.906</u>
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(76)	(76)
Total	<u><u>13.958</u></u>	<u><u>15.830</u></u>

Os valores a receber só consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa sobre as parcelas vencidas quando considerados recuperáveis.

6. DEPARTAMENTO NACIONAL - CONTA MOVIMENTO

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Ativo</u>		
Departamento Nacional - outros reembolsos	5.417	2.975
Departamentos Regionais	144	90
Total	<u><u>5.561</u></u>	<u><u>3.065</u></u>
<u>Passivo</u>		
Departamento Nacional – arrecadação	6.503	6.303
Departamentos Regionais	3	62
Total	<u><u>6.506</u></u>	<u><u>6.365</u></u>

Estas rubricas referem-se a registros das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma “Entidade”.

7. FORNECEDORES

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	13.434	10.861
Fornecedores de ativo fixo - processos em andamento	484	1.101
(a)		
Total	<u>13.918</u>	<u>11.962</u>

(a) Referem-se às imobilizações em andamento cujos contratos já estavam formalizados junto aos fornecedores.

8. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisões para férias e encargos	6.354	4.090
Salários a pagar	71	-
INSS sobre salários	1.357	1.197
INSS retido de terceiros	352	163
FGTS	523	470
PIS	86	76
Provisões para previdência complementar	178	152
Outros	3	1
Total	<u>8.924</u>	<u>6.149</u>

9. CONVÊNIOS E ACORDOS

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
DN PR FIOH 2	1.243	1.546
FORD MOTOR COMPANY	1.166	1.665
DN PR 276460 - PUBLICIDADE PARA APOIAR PROJETO SUZANO	747	-
DN PR 258094 SOLUÇÕES INTEG. PREV. DCNT	701	667
CN PR REQUALIF CAIS/ CENTRO CULTURAL	504	528
THE RESOURCE FOUNDATION	500	-
DN PR 258081 REDE SESI VIVA	455	330
DN PR 273387 – IMPLANTAÇÃO DO SESI VIVA +	227	300
DN PR 273337 - AUTOMATIZACAO PROCESSOS DE	198	-
DN PR 258802 PRO. GESTÃO SST TERCEIRIZADA	160	-
	153	186

DN PR 273330 - FERRAMENTA DE RETORNO	140	-
EJA-PROFISSIONALIZANTE EAD BRASKEM	135	-
DN PR 273341 – MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS SERV	120	-
DN PR 262309 ALINHAMENTO SISTEMICO DA G	100	58
DN PR 273297 - TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA DE	84	-
DN PR 273388 – AVANÇOS MODELO SESI DE GESTÃO	61	-
DN PR 268939 SIST INT REP PSICOCORPORAL	60	-
DN PR 258822 ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA NR 12	52	218
PETROBRÁS PETRÓLEO	49	49
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (FAFEN-BA)	38	38
SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	22	22
DN PR 185688 MELHORIA ATUAÇÃO	11	69
DN PR 258751 ATEND. INTEG. EM SEGUR SAÚDE	-	216
CN PR CENTRO DE REFERÊNCIA EM SST	-	200
DN PR 258726 OPERC. CONST A SEGURANÇA	-	59
PROJETO DN ATENÇÃO INTEGRADA CONTROLE DME	-	63
PROJETO NOVA POLÍTICA DE FOMENTO PARA PPAR	-	11
DN PR 185650 ATUAÇÃO INTEGRADA	-	39
OUTROS	66	
Total	6.992	6.264

Nessa rubrica estão registrados os valores de convênios firmados com entidades de direito público ou privado, para prestação de serviços educacionais e assistenciais, cujos recursos, recebidos dos parceiros, serão utilizados na execução dos projetos.

O objetivo dos principais projetos e convênios é a contribuição para a indústria na prestação de serviços em qualidade de vida e educação. Os principais contratos e projetos são: o atendimento à Ford Motors em Responsabilidade Social com atendimento em odontologia e educação; projetos e auxílio à Produção fomentada pelo Departamento Nacional: Programa Nacional da Construção Civil (PNSST) com ações de segurança e saúde no trabalho voltado para a indústria da construção civil e Instituto de Saúde e Inovação (ISI) e o projeto de absenteísmo.

10. FATURAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUTURO

Correspondem aos pagamentos antecipados de clientes por serviços a serem prestados, os quais serão apropriados para a receita de acordo com a competência na realização dos serviços. Em 31 de dezembro de 2018, a “Entidade” possuía obrigações por prestação de serviço futuro no montante de R\$ 6.800 (31/12/2017 - R\$ 4.080).

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da “Entidade”, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais em curso de acordo com o grau de risco de perda e entende que as provisões constituídas, registradas no balanço, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, conforme segue:

	Classificação do Risco de Perda dos Processos			
	Remoto	Possível	Provável	Total
Administrativos e cíveis (a)	-	3.849	1.869	5.718
Trabalhistas (b)	-	2.572	1.773	4.345
Fiscais (c)	-	98	2.844	2.942
Total em 31/12/2018	-	6.519	6.486	13.005
Total em 31/12/2017	-	10.021	7.665	17.686

- (a)** Referem-se substancialmente a ações envolvendo a cobrança de danos morais e materiais por conta de acidente de trânsito. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 1.869 (31/12/2017 - R\$ 2.376).
- (b)** Referem-se a ações movidas por ex-empregados da “Entidade” e por ex-empregados de seus prestadores de serviços (responsabilidade solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R\$ 1.773 (31/12/2017 - R\$ 3.725) e depósitos judiciais, para fazer frente às ações trabalhistas, no montante de R\$ 2.892 (31/12/2017 - R\$ 1.023).
- (c)** Referem-se basicamente a autos de infrações de contribuições previdenciárias (INSS) lavrados contra a “Entidade” no ano de 2008, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante das perdas prováveis estimado em R\$ 2.844 (31/12/2017 - R\$ 1.564).

12. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano de Benefícios PREVIND concebido em 1987 para seus empregados, no modelo “benefício definido” vigorou até março/2001, quando foi implantado o novo Plano PLANPREV na modalidade “contribuição definida”. Os participantes do PREVIND que não migraram para o PLANPREV permaneceram contribuindo para o plano e, atualmente, todos os participantes existentes no PREVIND estão na condição de aposentados e recebendo benefícios definidos, conforme regulamento.

As contribuições ao PLANPREV efetuadas pela “Entidade” até 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 848 (31/12/2017 - R\$ 889), conforme plano de benefícios estabelecido.

A Avaliação Atuarial para os planos PREVIND e PLANPREV, referente à data-base de 31 de dezembro de 2018, foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., em 08 de fevereiro de 2019, apresentando Superávit e Equilíbrio Técnico, respectivamente.

O Parecer de Avaliação Atuarial do PLANPREV demonstrou o Fundo Previdencial de Resíduo de Resgate, constituído por parcelas do patrocinador não resgatadas pelos participantes que se desligaram do plano, em decorrência do término do vínculo empregatício com a patrocinadora, e que não haviam atingido as condições de elegibilidade para qualquer benefício do plano, optando pelo resgate de suas contribuições.

A Administração da “Entidade”, consoante com as possibilidades de utilização do Fundo, optou por utilizar o saldo desse Fundo para compensação de contribuições futuras devidas pela Entidade (Cota Patronal), desde abril/2017.

De acordo com o relatório atuarial do exercício de 2018, o referido fundo previdencial apresentou, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 1.121. A entidade, ao final do exercício reconheceu no resultado do exercício, o valor de R\$ 42, atualizando o saldo contábil do ativo não circulante.

13. SEGUROS

Os bens da “Entidade” estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil de danos materiais	26/09/18 a 26/09/19	151.619
Equipamentos eletrônicos	26/09/18 a 26/09/19	100
Responsabilidade civil empregador	26/09/18 a 26/09/19	500
Responsabilidade civil operações	26/09/18 a 26/09/19	1.000
Alagamento	26/09/18 a 26/09/19	50
Danos elétricos	26/09/18 a 26/09/19	100
Fidelidade	26/09/18 a 26/09/19	30
Roubo de bens	26/09/18 a 26/09/19	80
Roubo de valores	26/09/18 a 26/09/19	30
Roubo de valores em mãos de portadores	26/09/18 a 26/09/19	3

Os seguros são contratados pela “Entidade” conforme as respectivas políticas vigentes para gerenciamento de riscos e seguros.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

14. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Saúde ocupacional	21.696	18.968
Médicos ambulatoriais	484	305
Odontológicos	7.064	7.151
Serviços educacionais (a)	30.523	23.567
Serviços de saúde diversos	1.437	1.256
Lazer físico-esportivo	6.241	4.780
Lazer social	1.241	1.002
Lazer artístico	329	353
Outros	4.110	2.408
Total	<u>73.125</u>	<u>59.790</u>

(a) O aumento na receita de serviços educacionais decorreu da ampliação da Educação Básica Regular, e, em Saúde e Segurança na Indústria, pelos serviços relacionados aos atendimentos às Normas Regulamentadoras; consultorias realizadas pelo Centro de Epidemiologia e pela plena operação dos Centros Esportivos.

15. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Planprev - Fundo de Previdência (nota 13)	-	2.207
Recuperação de despesas (a)	2.974	2.587
Multas e juros de mora	3.824	1.169
Outras	343	212
Total	<u>7.141</u>	<u>6.175</u>

(a) O aumento da recuperação de despesas tem origem no crescimento do número de alunos na Rede SESI de Educação, em 2018, que resultou na aquisição de maior quantidade de material didático reembolsado pelos alunos.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As políticas de gerenciamento de risco da “Entidade” são estabelecidas de forma a identificar e analisar os riscos relevantes enfrentados pela “Entidade”, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A entidade adota procedimentos para revisão dos riscos a que está exposta, a fim refletir mudanças no mercado e nas atividades. A “Entidade”, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um

ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração da “Entidade” controla o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações por meio de relatórios internos.

Os principais riscos a que a “Entidade” está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a “Entidade” monitora periodicamente as contas a receber de clientes.

Risco de perda da arrecadação compulsória

O risco surge da possibilidade de a “Entidade” vir a incorrer em redução resultante da arrecadação compulsória.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da “Entidade” em 31 de dezembro de 2018 equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A “Entidade” não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

* * * * *

30/04/2019

29/04/2019

X 

Armando Alberto da Costa Neto
Superintendente do Sesi
Assinado por: ARMANDO ALBERTO DA COSTA NETO:32927290504

X 

Sara Santos Santana
Gerente de Controladoria CRC-BA 018089/0-5
Assinado por: SARA SANTOS SANTANA:48772887591